

Entrevista de António Vitorino: a cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu (Lisboa, 24 Outubro 2007)

Source: Interview d'António Vitorino / ANTÓNIO VITORINO, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 24.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:01:46, Couleur, Son original).

Copyright: Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_antonio_vitorino_a_cooperacao_entre_os_parlamentos_nacionais_e_o_parlamento_europeu_lisboa_24_outubro_2007-pt-31a2da28-5f51-4e15-9ac9-2a9acd15b287.html



Last updated: 04/07/2016

Entrevista de António Vitorino: a cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu (Lisboa, 24 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] Nos anos que precederam a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o senhor doutor exerceu também várias funções a nível parlamentar. Que tipo de cooperação é que existe entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu?

[António Vitorino] Bom, não posso negar que é uma cooperação não isenta de alguma inveja aqui e além. Eu creio que um dos aspectos mais difíceis de tratar, no quadro europeu, é a necessidade de demonstrar que, do ponto de vista democrático, o funcionamento das Instituições da União e das instituições nacionais em matéria europeia podem-se reforçar mutuamente e não têm que ser contraditórias. O que é que eu quero dizer com isto? Eu quero dizer que dar competências à União não significa forçosamente deixar os parlamentos nacionais fora dessas mesmas competências. E acho que é positivo, por exemplo, que as matérias do Espaço de liberdade, de segurança e justiça hoje, estejam submetidas a nível europeu ao processo de co-decisão, porque isso significa a participação democrática do Parlamento Europeu, mas há também regras no Tratado que reforçam a participação dos parlamentos nacionais nas matérias europeias em geral e do Espaço de liberdade, de segurança e justiça em particular. Portanto, o meu ponto é de que não há que criar nenhuma competição artificial entre a legitimidade democrática do Parlamento Europeu e a legitimidade democrática dos parlamentos nacionais, e que a sua cooperação pode ser um jogo de soma positiva no sentido do reforço da democracia a todos os níveis, nacional e europeu, na União Europeia.